

Sumário

Introdução	1
1 Metodologia de Pesquisa: Contribuições da Lógica Tomista.....	29
1.1 Especificação das premissas metodológicas	32
1.2 Identificação dos métodos de estudos	35
1.3 Algumas ideias sobre as três operações do espírito	41
2 Contextualização Filosófica da Investigação: em Defesa do Estudo Ontológico do Direito Natural Tomista	55
2.1 O paradigma metafísico: o direito natural como ente inserido na ordenação universal das coisas	57
2.2 O problema do conhecimento metafísico e o paradigma da verdade como correspondência	74
2.3 O problema da falácia naturalista e a defesa da concepção ontológica do direito natural	91
2.4 A filosofia da cultura como fundamento do direito natural tomista	107
3 O Status Quaestionis à Disposição de São Tomás de Aquino: a Conformação Histórica dos Elementos Sintetizados pelo Direito Natural Tomista.....	117
3.1 A gênese do justo natural entre os helenos	120
3.2 A jurisprudência romana e a plenitude da práxis do direito natural	129
3.3 Para além da eudaimonia: o direito natural escatológico da Patrística	135

3.4 O esforço de preservação do patrimônio cultural antigo como fundamento do direito natural na Idade Média	142
3.5 O direito natural no contexto do equilíbrio da síntese de São Tomás de Aquino	149
4 Os Elementos Entitativos do Direito Natural Tomista	169
4.1 A primeira operação do espírito: abstrações conceituais a partir dos textos de São Tomás de Aquino sobre o direito natural	170
4.1.1 Análise dos textos sobre o direito natural no Comentário às Sentenças de Pedro Lombardo	172
4.1.2 Os textos sobre o direito natural em obras tomistas esparsas...	185
4.1.3 Os textos sobre o direito natural na Suma Teológica	215
4.1.4 Os elementos entitativos do direito natural tomista: a pessoa humana e a justiça	242
4.2 A segunda operação do espírito: a estruturação ontológica primária do direito natural de São Tomás de Aquino à luz do juízo operado pelos comentadores tomistas do ius naturale	248
4.2.1 O juízo sobre a existência do direito natural	249
4.2.2 O juízo sobre a essência do direito natural	269
4.2.2.1 A pessoa humana como fundamento ontológico do direito natural	271
4.2.2.2 A justiça como fundamento ontológico do direito natural	281
Conclusões.....	291
Referências Bibliográficas.....	303